RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	114.311	38.221
Concessionárias	5	31.225	
Impostos e contribuições sociais	6	43.310	16
Outros créditos	9	3.051	494
Total do Ativo Circulante		**191.897**	**38.731**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	6	109.026	92.965
Tributos diferidos	7	169.454	164.118
Outros créditos	9	2.386	2.364
		280.866	**259.447**
Imobilizado	10	3.205.966	2.318.753
Intangível	11	71.855	64.555
		3.277.821	**2.383.308**
Total do Ativo Não circulante		**3.558.687**	**2.642.755**
TOTAL DO ATIVO		**3.750.584**	**2.681.486**

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	12	16.911	14.492
Impostos e contribuições sociais	6	10.559	7.066
Debêntures	13	336.492	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	5.195	3.928
Uso do bem público	15	3.336	
Provisões	16	16.829	37.199
Outras contas a pagar	9	5.311	5.909
Total do Passivo Circulante		**394.633**	**68.594**
Não circulante			
Debêntures	13		292.223
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	1.346.600	1.014.508
Uso do bem público	15	40.954	40.264
Provisões	16	23.364	10.505
Outras contas a pagar	9	1	1
Total do Passivo Não circulante		**1.410.919**	**1.357.501**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.1	2.273.974	1.573.974
Prejuízos acumulados		(328.942)	(318.583)
Total do Patrimônio Líquido		**1.945.032**	**1.255.391**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.750.584**	**2.681.486**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2017	2016
Receitas	18	**2.478**	**-**
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	19		
Custo do serviço de energia elétrica		(492)	
Custo de operação		(17.169)	
		(17.661)	**-**
Resultado bruto		**(15.183)**	**-**
Despesas e Receitas operacionais	19		
Despesas gerais e administrativas		(527)	(10.457)
Depreciações e amortizações		(4)	
Outras despesas e receitas operacionais		(21)	(460.236)
		(552)	**(470.693)**
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos		**(15.735)**	**(470.693)**
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		685	972
Despesas financeiras		(645)	(1.335)
		40	**(363)**
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		**(15.695)**	**(471.056)**
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	5.336	160.159
		5.336	**160.159**
Prejuízo do exercício		**(10.359)**	**(310.897)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	22		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,00533)	(0,29911)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	**(10.359)**	**(310.897)**
Resultado abrangente do exercício	**(10.359)**	**(310.897)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(15.695)	(471.056)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		7.054	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		87	
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		10	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(561)	(545)
Provisão para perda no valor recuperável dos ativos			460.236
		(9.105)	**(11.365)**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(31.225)	
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(61.963)	(23.405)
Outros ativos operacionais		(2.579)	403
		(95.767)	**(23.002)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		2.419	1.258
Outros tributos e contribuições sociais		6.662	(4.966)
Encargos Setoriais		104	
Provisões		(64.623)	(63.182)
Outros passivos operacionais		(712)	2.064
		(56.150)	**(64.826)**
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais		**(161.022)**	**(99.193)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(681.902)	(1.202.043)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		**(681.902)**	**(1.202.043)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social		700.000	1.256.974
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		219.655	1.789.853
Amortização de debêntures			(1.532.050)
Pagamentos de encargos de dívidas		(641)	(223.182)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	24.1	**919.014**	**1.291.595**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**76.090**	**(9.641)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		114.311	38.221
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		38.221	47.862
		76.090	**(9.641)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Geração do valor adicionado	**904.511**	**1.382.791**
Receita operacional	2.857	
Receita relativa à construção de ativos próprios	901.654	1.382.791
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(724.195)**	**(1.686.025)**
Custos da energia comprada		
Encargos de uso da rede elétrica	(880)	
Materiais	(484.641)	(868.475)
Serviços de terceiros	(233.651)	(315.723)
Outros custos operacionais	(5.023)	(501.827)
Valor adicionado bruto	**180.316**	**(303.234)**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(7.054)	
Valor adicionado líquido produzido	**173.262**	**(303.234)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.681	7.552
Valor adicionado total a distribuir	**179.943**	**(295.682)**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	23.360	12.940
Benefícios	545	310
FGTS	331	630
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(4.753)	(159.786)
Estaduais	721	51
Municipais	15	30
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	169.768	160.704
Aluguéis	315	336
	190.302	**15.215**
Prejuízo do exercício	**(10.359)**	**(310.897)**
	179.943	**(295.682)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**317.000**	**(7.686)**	**309.314**
Aumento de capital - AGE 21/01/2016	228.000		228.000
Aumento de capital - AGE 12/02/2016	55.000		55.000
Aumento de capital - AGE 03/03/2016	135.000		135.000
Aumento de capital - AGE 04/04/2016	117.000		117.000
Aumento de capital - AGE 20/05/2016	67.000		67.000
Aumento de capital - AGE 24/06/2016	89.974		89.974
Aumento de capital - AGE 29/07/2016	170.000		170.000
Aumento de capital - AGE 04/08/2016	196.000		196.000
Aumento de capital - AGE 06/09/2016	74.000		74.000
Aumento de capital - AGE 31/10/2016	45.000		45.000
Aumento de capital - AGE 22/12/2016	80.000		80.000
Prejuízo do exercício		(310.897)	(310.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.573.974**	**(318.583)**	**1.255.391**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.573.974**	**(318.583)**	**1.255.391**
Aumento de capital - RCA 16/01/2017			-
Aumento de capital - AGE 24/02/2017	105.000		105.000
Aumento de capital - AGE 12/05/2017	200.000		200.000
Aumento de capital - AGE 12/06/2017	95.000		95.000
Aumento de capital - RCA 26/06/2017	60.000		60.000
Aumento de capital - RCA 24/07/2017	45.000		45.000
Aumento de capital - RCA 27/07/2017	70.000		70.000
Aumento de capital - RCA 25/09/2017	65.000		65.000
Aumento de capital - RCA 25/10/2017	60.000		60.000
Prejuízo do exercício		(10.359)	(10.359)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**2.273.974**	**(328.942)**	**1.945.032**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel) foi constituída em 16 de julho de 2013 sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

1.1 Concessão

Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/14 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MWm)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão Início	Concessão Término
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	700,0	424,5	10/04/14	10/04/49

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 424,5 MWm, 289,5 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos e 90 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Livre - ACL pelo prazo de 20 anos, ambos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão para o ACR é de R$83,49 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público

Como pagamento pelo Uso do bem público, objeto do Contrato de Concessão, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da concessão, parcelas mensais correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$2.789 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente total remanescente da obrigação é de R$44.290 (R$40.264 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 15). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia, a partir de dezembro de 2017, aplicará anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

1.1.3 Cronograma de operação comercial

De acordo com projeto básico aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.244/16, o cronograma para a entrada em operação comercial da UHE São Manoel era o seguinte:

Unidade geradora (UG)	Data
UG 1	01/01/18
UG 2	01/03/18
UG 3	01/05/18
UG 4	01/07/18

Contudo, conforme descrito nas notas 3.10 e 28.1, as UG1 e UG2 tiveram suas entradas em operação antecipadas em 28 de dezembro de 2017 e 19 de janeiro de 2018.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2018.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 7.2); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Redução no valor recuperável dos ativos (Notas 2.6 e 10.1); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 23.1); e Provisão para licenças ambientais (Nota 16.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que não houve alterações no montante de redução no valor recuperável registrada no exercício de 2016 (Nota 10.1).

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRIC 23 - Imposto De Renda - Contabilização de Incertezas sobre tratamentos fiscais (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

O IFRS emitiu em junho de 2017 a IFRIC 23, que procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Muitas vezes não é claro como uma legislação tributária aplica-se a uma transação ou a uma circunstância específica. Neste contexto surge a questão de como os impactos fiscais deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras se existirem incertezas em relação a opção do tratamento fiscal feito na declaração de imposto de renda. Para essa análise é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras conforme a declaração de imposto de renda e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à declaração de imposto de renda de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

A Administração da Companhia está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da referida norma.

2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:

(i) No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a Administração não espera impacto na adoção desta norma em Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD na rubrica de Concessionárias.

(ii) Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia identificou a alteração de classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A Administração acredita que a alteração na classificação não impactará a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

(iii) Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactarão a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Conforme descrito na nota 25.1, a Companhia possui R$36.706, ajustados a valor presente, em compromissos com arrendamento mercantil operacional, que estão contemplados no escopo da referida norma. No entanto, a Administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, com o tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado das demonstrações financeiras e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 - 2016. A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Administração acredita que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2017

Revisão de Pronunciamento Técnico do CPC nº 10/16

A revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu uma divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento (Nota 24.1). Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Comunicação de sinistro

Em 11 de janeiro de 2017 a Companhia comunicou à Pan Seguros S.A. o sinistro da apólice de Fiel Cumprimento contratada pelo Consórcio CONSTRAN e UTC para a construção da UHE São Manoel (Nota 10.1).

3.2 Troca de consórcio construtor

Em 13 de janeiro de 2017, a Companhia tomou as medidas cabíveis para realizar a troca do consórcio constituído pelas empresas CONSTRAN S.A. Construções e Comércio e UTC Engenharia S.A. para a conclusão da UHE São Manoel. A Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos ficou responsável pela conclusão das obras civis e a Alstom Energias Renováveis Ltda. pela conclusão da montagem eletromecânica, sendo que esta última já era responsável pelo seu fornecimento. A UHE São Manoel detém um seguro garantia de performance que já foi acionado, cuja principal função é a de mitigar riscos desta natureza.

3.3 Acréscimo de Garantia Física

Em 30 de março de 2017 a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, por meio da Portaria nº 81/17, determinou um acréscimo na garantia física da UHE São Manoel em 2,8 MWm, passando a garantia física de 421,7MWm para 424,5 MWm, com validade a partir da entrada em operação comercial da usina.

3.4 Execução de Carta Fiança em favor da Companhia

Em 10 de abril de 2017, foi executada a Carta Fiança do Banco Itaú dada em garantia pela CONSTRAN e UTC à Companhia no valor de R$15.460, referente ao contrato de EPC, tendo o depósito sido realizado em 13 de abril de 2017.

3.5 Descontratação de energia

Em 29 de maio de 2017 a Companhia obteve confirmação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE da redução permanente de 120 MW médios de CCEARs por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, ocorrido em 8 de maio de 2017.

O montante originalmente contratado era de 409,5 MW médios, ao preço de R$104,50/MWh (data-base dezembro de 2016), com reajuste anual pelo IPCA, e vigência a partir de 1º de maio de 2018 a 31 de dezembro de 2047.

Dos 120 MW médios descontratados, 90 MW médios foram contratados pelos acionistas da Companhia, na mesma proporção da sociedade, pelo período de 1° de maio de 2018 a 31 de dezembro de 2038, sendo que os 30 MW médios restantes foram alocados na Companhia para *hedge*.

A estratégia adotada reforça o alinhamento da Companhia aos interesses de seus acionistas, por meio da constante busca pela otimização dos retornos de seus investimentos.

3.6 Ministério de Minas e Energia - MME abre consultas públicas para remodelagem do setor elétrico

Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/2017), o relatório "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro". O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho de 2017, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/2017 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor.

As referidas consultas públicas receberam contribuições até os dias 2 e 17 de agosto, respectivamente, sendo o Grupo EDP - Energias do Brasil elaborador de profundos estudos e simulações, que contaram com a participação de mais de 60 colaboradores, universidades, centros de pesquisa e ainda uma consultoria externa, Bain & CO, para atuar de maneira propositiva e abrangente, resultando em oito volumes de contribuições, compostos pela visão do Grupo para a reforma do setor elétrico brasileiro, seis notas técnicas temáticas e um caderno jurídico.

Com as mudanças propostas, espera-se um ambiente de negócios mais dinâmico, com expansão do mercado livre e liberdade de escolha dos clientes, sinais de preço que induzam eficiência, inserção da tecnologia na gestão dos equipamentos de rede e de produção, a expansão da oferta com mecanismo sustentável e paga por todos os agentes, e mais racionalidade econômica aos subsídios. Todos esses resultados tendem a trazer eficiência e agregar valor ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Governo Federal está trabalhando na preparação de uma Medida Provisória ou de um Projeto de Lei, com vistas a implementar as demais alterações propostas na consulta pública.

3.7 Liberações de recursos

Durante o exercício de 2017 a Companhia obteve as seguintes liberações de recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDES FINEM	jul/17	dez/38	84.000	TJLP + 2,88% a.a.	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel
BNDES FINEM	ago/17	dez/38	39.855	TJLP + 2,88% a.a.	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel
BNDES FINEM	nov/17	dez/38	100.000	TJLP + 2,88% a.a.	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel
Total			**223.855**		

Mais detalhes sobre as liberações realizadas estão divulgadas na nota 14.

3.8 Emissão da Licença de Operação - LO

Em 9 de setembro de 2017 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Licença de Operação - LO nº 1.404/2017, que autoriza a Companhia a operar a UHE São Manoel. A LO é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração (Nota 16).

3.9 Adesão à proposta de repactuação de Risco Hidrológico

Em 25 de outubro de 2017 a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.584/17, anuiu a adesão da UHE São Manoel à proposta de repactuação do risco hidrológico, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

A adesão foi embasada na avaliação dos vários cenários do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a opção de repactuação.

Após análises, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico para os contratos no ACR, no produto SP92, onde 92% da exposição ao GSF é protegida.

3.10 Entrada parcial em operação da UHE São Manoel

A Companhia recebeu da ANEEL, por meio do Despacho nº 4.387/17, a Declaração Comercial de Operação - DCO para iniciar antecipadamente, a partir de 28 de dezembro de 2017, a operação comercial da primeira unidade geradora (UG1) da UHE São Manoel com capacidade instalada de 175MW.

A segunda unidade geradora (UG2), também com capacidade instalada de 175 MW, já está em fase avançada da operação em teste. As demais unidades geradoras (UG3 e UG4) estão em fase de comissionamento para entrada gradativa em operação em teste e comercial.

Da energia gerada antecipadamente às obrigações contratuais, parte foi fornecida ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo remuneradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (Submercado Norte) e liquidadas no mercado de curto prazo (Nota 18).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	1.705	21.863
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	112.606	16.358
Total	**114.311**	**38.221**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam de 96,00% a 98,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.

5 Concessionárias

Os saldos de Concessionárias são totalmente vincendos e são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 de R$31.225 é totalmente vincendo e refere-se à venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD uma vez que a Companhia não possui saldos vencidos a receber em 31 de dezembro de 2017.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 23.2.3.

6 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Ativos - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social		4.737	1	561	1.431		6.730
ICMS		16					16
PIS e COFINS	6.1	83.325	60.880			(3.169)	141.036
IRRF sobre aplicações financeiras		4.655	1.082		(1.431)		4.306
Outros		248					248
Total		**92.981**	**61.963**	**561**	**-**	**(3.169)**	**152.336**
Circulante		16					43.310
Não circulante		92.965					109.026
Total		**92.981**					**152.336**

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Passivo - a recolher						
ICMS	3.291	38.260		(39.565)		1.986
PIS e COFINS	-	3.200		(31)	(3.169)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	3.107	47.222		(46.092)		4.237
Encargos com pessoal	668	18.685	10.961	(25.978)		4.336
Total	**7.066**	**107.367**	**10.961**	**(111.666)**	**(3.169)**	**10.559**
Circulante	7.066					10.559
Total	**7.066**					**10.559**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 PIS e COFINS

Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de insumos e de ativos imobilizados para a construção da UHE São Manoel a serem compensados com os respectivos débitos desses impostos na medida que os faturamentos de energia elétrica forem sendo realizados.

7 Tributos diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1 Composição

		Ativo Não circulante		Resultado	
Natureza dos créditos	**Nota**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**2017**	**2016**
Prejuízos Fiscais		1.941		1.941	
Base Negativa da Contribuição Social		699		699	
		2.640	**-**	**2.640**	**-**
Diferenças Temporárias					
Gastos Pré-operacionais		10.641	7.638	3.003	3.679
Redução no valor recuperável dos ativos	7.1.1	156.173	156.480	(307)	156.480
Total diferenças temporárias		**166.814**	**164.118**	**2.696**	**160.159**
Total		**169.454**	**164.118**	**5.336**	**160.159**

7.1.1 Redução no valor recuperável dos ativos

É decorrente do reconhecimento do ativo diferido sobre a Redução no valor recuperável dos ativos (Nota 10.1), à alíquota de 34%.

7.2 Resultados tributáveis futuros

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2018	2023 a 2025	A partir de 2026	Total Não circulante
8.129	6.684	154.641	169.454

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

			Ativo	Passivo				Resultado			
			Não circulante	Circulante		Não circulante		Operacional		Financeiro	
	Relacionamento	Duração	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	2017	2016	2017	2016
Outros créditos (Nota 9)											
Devolução - Prêmio de seguro											
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	31/12/2016	2						2		
			2	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2**	**-**	**-**
Fornecedores (Nota 12)											
Encargos de uso da rede básica											
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	Indeterminado	48				(295)				
			48	**-**	**-**	**-**	**(295)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Debêntures (a) (Nota 13)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	15/08/2016 a 15/12/2018	112.523			98.122			(14.352)	(4.786)	
CTG Brasil	Controladora em conjunto	15/08/2016 a 15/12/2018	112.520			98.119			(14.352)	(4.786)	
			225.043	**-**	**-**	**196.241**	**-**	**-**	**(28.704)**	**(9.572)**	
Outras contas a pagar (Nota 9)											
Contrato de prestação de serviços (b)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/05/2014 a 31/05/2018			3.370			(1.278)	(1.405)		
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	01/09/2015 a 01/12/2018						(816)	(3.974)		
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	24/09/2015 a 24/05/2019						(2.236)	(1.900)		
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (c)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/05/2014 a 31/05/2018				1	1	(14)	(14)		
			-	**-**	**3.370**	**1**	**1**	**(4.344)**	**(7.293)**	**-**	**-**
Total			**2**	**225.091**	**3.370**	**1**	**196.242**	**(4.639)**	**(7.291)**	**(28.704)**	**(9.572)**

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As fianças recebidas de acionistas estão descritas nas notas 13.1, 14.1 e 25.2.

a) Debêntures: Conforme descrito na nota 13, em 15 de agosto de 2016 a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures no valor de R$280.000, com remuneração de CDI + 4,35% a.a. e amortização de principal e pagamento de juros em parcela única no vencimento até 15 de dezembro de 2018. As controladoras em conjunto EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil adquiriram parte do montante total emitido correspondente ao percentual de suas participações societárias, ou seja, 33,334% e 33,333% respectivamente.

b) Contratos de prestação de serviços

EDP - Energias do Brasil

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços corporativos pela *holding* EDP - Energias do Brasil à Companhia. Tratam-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, auditoria, regulação, jurídico, financeiro, infraestrutura, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético, planejamento e controle, etc.

O contrato tem previsão de vigência de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014 e não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, que regulamentava os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699, em vigor a partir da referida data, que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

Furnas Centrais Elétricas

O contrato com vigência até 2018 tem por objetivo a prestação de serviços de engenharia, de acompanhamento e análise do projeto básico e executivo, o acompanhamento das inspeções de fábrica e o acompanhamento do processo de comissionamento. O valor total dos serviços é de R$2.723 a serem faturados durante o período do contrato, conforme as medições executadas, atualizado anualmente pelo IPCA.

O contrato com vigência até 2019 tem por objetivo a prestação de coordenação técnica e supervisão de engenharia. O valor total dos serviços é de R$6.352 a serem faturados durante o período do contrato, conforme as medições executadas, atualizado anualmente pelo IPCA.

Os valores faturados de ambos os contratos, por estarem relacionados à construção da UHE São Manoel, estão sendo registrados em contrapartida do Imobilizado em curso.

c) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. O contrato foi firmado pelo período de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, conforme mencionado no item (b) acima, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

As operações realizadas como compartilhamento de infraestrutura ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

8.1 Controle conjunto

A Companhia possui controle compartilhado entre: (i) a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.; (ii) China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation; e (iii) Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo esta controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) (Nota 17.1).

8.2 Compromissos contratuais

A Companhia possui contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR junto a EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (controlada da EDP - Energias do Brasil) no montante de 1,445 MWm com início de suprimento em 1º de maio de 2018 e término em 31 de dezembro de 2047, com preço original de venda de R$83,49/MWh.

A Companhia possui contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL com as seguintes empresas: EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda., Furnas Centrais Elétricas S.A., e CTG Brasil Negócios de Energia S.A. no montante de 30,0 MWm para cada empresa, com início de suprimento em 1º de maio de 2018 e término em 31 de dezembro de 2038, com preços de venda de: (i) R$130,00/MWh no período de maio de 2018 até dezembro de 2022; e (ii) R$120,00 no período de janeiro de 2023 até dezembro de 2038. A Companhia também firmou outro contrato no ACL com as partes citadas acima, onde o período de suprimento com início em 1° de janeiro de 2018 e término em 1° de março de 2018, cujo os montantes são: (i) 61,3 MWm em janeiro; (ii) 83 MWm em fevereiro; e (iii) 109,3 MWm em março com o preço de venda R$ 135,00/MWh.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2017				2016			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	1.558	143	89	1.790	2.280	143	89	2.512
Benefícios de curto prazo (b)	32			32	42			42
Total	**1.590**	**143**	**89**	**1.822**	**2.322**	**143**	**89**	**2.554**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outros créditos - Ativo					
Devolução - Prêmio de seguro					2
Despesas pagas antecipadamente	9.1	3.025	487	418	396
Depósitos judiciais	16.2.2			1.968	1.966
Outros		26	7		
Total		**3.051**	**494**	**2.386**	**2.364**
Outras contas a pagar - Passivo					
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos		248			
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8		3.370	1	1
Obrigações sociais e trabalhistas	9.2	4.474	2.283		
Encargos Setoriais		114			
Outros		475	256		
Total		**5.319**	**5.909**	**1**	**1**

9.1 Despesas pagas antecipadamente

O montante Circulante e Não circulante em 31 de dezembro de 2017 de R$3.443 (R$883 em 31 de dezembro de 2016) é decorrente de prêmios de seguros. A variação no exercício é decorrente ao pagamento do prêmio no valor de R$2.296 referente ao endosso das apólices de Risco de Engenharia e de Responsabilidade Civil.

9.2 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n° 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente e realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

10.1 Redução no valor recuperável dos ativos

Mediante a substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel (Nota 3.2) a Administração projetou que haverá um incremento no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais serão demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado.

Devido o ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas que vão desde a base de determinação do valor recuperável, até a taxa de desconto, a Companhia, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais no resultado do exercício de 2016.

No exercício de 2017 a Companhia procedeu a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos da Companhia não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016.

Vale ressaltar também que, no cálculo do valor recuperável, foi considerado como premissa a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A. (Nota 3.1), seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da Companhia, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A Companhia contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual conclui que a Companhia possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade *"Turn key"* pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R$429.555 que foi considerado como reembolso por parte da seguradora.

A Companhia continua aguardando o pronunciamento da seguradora como também monitora os resultados dos próximos exercícios, afim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10.2 Composição do imobilizado

	Taxa média de depreciação %	31/12/2017 Custo histórico	31/12/2017 Depreciação acumulada	31/12/2017 Valor líquido	31/12/2016 Custo histórico	31/12/2016 Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Geração						
Reservatórios, barragens e adutoras	3,18	965.188	(2.560)	962.628		
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,20	1.138.116	(3.031)	1.135.085		
Máquinas e equipamentos	3,38	453.864	(1.280)	452.584		
		2.557.168	**(6.871)**	**2.550.297**	**-**	**-**
Sistema de Transmissão e Conexão						
Máquinas e equipamentos	3,17	13.229	(35)	13.194		
		13.229	**(35)**	**13.194**	**-**	**-**
Administração						
Máquinas e equipamentos	32,81	613	(17)	596		
Veículos	14,29	1.953	(23)	1.930		
Móveis e utensílios	16,42	656	(9)	647		
		3.222	**(49)**	**3.173**	**-**	**-**
Total do Imobilizado em serviço		**2.573.619**	**(6.955)**	**2.566.664**	**-**	**-**
Imobilizado em curso						
Geração		639.302		639.302	2.318.753	2.318.753
Total do imobilizado em curso		**639.302**	**-**	**639.302**	**2.318.753**	**2.318.753**
Total imobilizado tangível		**3.212.921**	**(6.955)**	**3.205.966**	**2.318.753**	**2.318.753**

10.3 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos (Nota 10.3.1)	Juros capitalizados (a)	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2017
Imobilizado em serviço									
Reservatórios, barragens e adutoras		-			965.188	(2.560)			962.628
Edificações, obras civis e benfeitorias		-			1.138.116	(3.031)			1.135.085
Máquinas e equipamentos		-			467.706	(1.332)			466.374
Veículos		-			2.040		(87)	(23)	1.930
Móveis e utensílios		-			656	(9)			647
Total do imobilizado em serviço		**-**	**-**	**-**	**2.573.706**	**(6.932)**	**(87)**	**(23)**	**2.566.664**
Imobilizado em curso									
Terrenos		19.932	15.389						35.321
Reservatórios, barragens e adutoras		1.197.532			(965.188)			(220.115)	12.229
Edificações, obras civis e benfeitorias		5.673			(1.138.115)			1.132.442	-
Máquinas e equipamentos		363.735	5.822		(467.707)			467.705	369.555
Adiantamento a fornecedores		786.953						(725.172)	61.781
A ratear		376.478	684.219	163.770				(942.413)	282.054
Redução no valor recuperável dos ativos	10.1	(460.236)						335.052	(125.184)
Outros		28.686			(2.696)			(22.444)	3.546
Total do imobilizado em curso		**2.318.753**	**705.430**	**163.770**	**(2.573.706)**	**-**	**-**	**25.055**	**639.302**
Total do imobilizado		**2.318.753**	**705.430**	**163.770**	**-**	**(6.932)**	**(87)**	**25.032**	**3.205.966**

(a) Os juros capitalizados estão líquidos dos rendimentos das aplicações financeiras (Nota 20).

10.3.1 Ingressos

Construção UHE São Manoel

A Companhia celebrou, em 17 de fevereiro de 2014, um contrato de *Engineering Procurement and Construction* - EPC na modalidade *turn key* pleno com um consórcio constituído pelas empresas CONSTRAN S.A. Construções e Comércio e UTC Engenharia S.A., para a construção da UHE São Manoel. Conforme descrito na nota 3.2, em 13 de janeiro de 2017 a Companhia realizou a troca do consórcio contratando a Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos, responsável pela conclusão das obras civis, e a Alstom Energias Renováveis Ltda., responsável pela conclusão da montagem eletromecânica.

O investimento total previsto para o projeto é de R$4.058 milhões e a construção da UHE São Manoel tem evoluído de acordo com o cronograma previsto alcançando 99,61% de evolução física.

A Licença de Instalação - LI do projeto foi emitida em julho de 2014, sendo as obras iniciadas em agosto de 2014. Conforme descrito na nota 3.8, em 5 de setembro de 2017 foi emitida a Licença de Operação - LO, cujo montante relacionado a LI registrado no exercício representou R$27.951.

11 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11.1 Composição do intangível

	Taxa média de amortização %	31/12/2017 Custo histórico	31/12/2017 Amortização acumulada	31/12/2017 Valor líquido	31/12/2016 Custo histórico	31/12/2016 Valor líquido
Intangível em serviço						
Geração						
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,18	44.290	(117)	44.173		
		44.290	**(117)**	**44.173**	**-**	**-**
Administração						
Software	20	297	(5)	292		
		297	**(5)**	**292**	**-**	**-**
Total do intangível em serviço		**44.587**	**(122)**	**44.465**	**-**	**-**
Intangível em curso						
Geração		27.390		27.390	64.555	64.555
Total do intangível em curso		**27.390**	**-**	**27.390**	**64.555**	**64.555**
Total do Intangível		**71.977**	**(122)**	**71.855**	**64.555**	**64.555**

11.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Depreciações e amortizações	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2017
Intangível em serviço						
Software		-		(5)		(5)
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		-		(117)		(117)
Total do intangível em serviço		**-**	**-**	**(122)**	**-**	**(122)**
Intangível em curso						
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.2.1	40.264	4.026			44.290
Desenvolvimento de projetos	11.2.2	24.026	1.088		(25.114)	-
Outros intangíveis em curso	11.2.3	265	27.340		82	27.687
Total do Intangível em curso		**64.555**	**32.454**		**(25.032)**	**71.977**
Total do intangível		**64.555**	**32.454**	**(122)**	**(25.032)**	**71.855**

11.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE São Manoel. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo (Nota 15) e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização será pelo prazo remanescente do contrato de concessão a partir da data de entrada em operação (Nota 1.1.1).

11.2.2 Desenvolvimento de projetos

Em 31 de dezembro de 2016, do montante de R$24.026, R$10.327 referia-se ao valor pago pelo ressarcimento dos custos com o desenvolvimento dos estudos de inventário e viabilidade da UHE São Manoel, previstos no contrato de concessão. O montante remanescente de R$13.699 referia-se, em sua maioria, aos custos com elaboração do projeto básico e executivo da UHE.

Em dezembro de 2017 ocorreu a unitização do valor total da rubrica desenvolvimento de projetos, devido a entrada em operação comercial da UG1, conforme descrito na nota 3.10.

11.2.3 Outros intangíveis em curso

Dos ingressos do exercício no montante de R$27.340, R$26.304 referem-se aos gastos relacionados à emissão da LO que serão amortizados pelo prazo de duração da licença, ou seja, 4 anos (Notas 3.8 e 16.1).

12 Fornecedores

	Circulante 31/12/2017	Circulante 31/12/2016
Encargos de uso da rede elétrica	4.273	
Materiais e serviços	12.638	14.492
Total	**16.911**	**14.492**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

13 Debêntures

13.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2017 Encargos Circulante	31/12/2017 Principal Circulante	31/12/2017 Total	31/12/2016 Encargos Não circulante	31/12/2016 Principal Não circulante	31/12/2016 Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	2.800.000	0,1	280.000	3ª emissão em 15/08/2016	15/08/2016 a 15/12/2018	Investimento na UHE São Manoel	CDI + 4,35%	Principal e juros em parcela única no vencimento	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil, referentes às suas participações; b. Fiança Corporativa da Eletrobrás, referente à participação de Furnas.	57.562	280.000	337.562	14.359	280.000	294.359
(-) Custos de emissão						15/08/2016 a 15/12/2018			Amortização mensal			(1.070)	(1.070)		(2.136)	(2.136)
Total											**57.562**	**278.930**	**336.492**	**14.359**	**277.864**	**292.223**

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

13.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2016	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2017
Circulante					
Principal	-		280.000		280.000
Juros	-	1.605	55.957		57.562
Custo de transação	-		(2.136)	1.066	(1.070)
	-	**1.605**	**333.821**	**1.066**	**336.492**
Não circulante					
Principal	280.000		(280.000)		-
Juros	14.359	41.598	(55.957)		-
Custo de transação	(2.136)		2.136		-
	292.223	**41.598**	**(333.821)**	**-**	**-**

13.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2018	336.492
Total	**336.492**

A emissão de Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto da emissão.

(i) dissolução, liquidação ou extinção da Emissora e/ou de cada uma das Fiadoras;

(ii) pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal e/ou contestado de boa fé no prazo legal, decretação de falência ou, ainda, o requerimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável;

(iii) declaração de vencimento antecipado de qualquer contrato financeiro ou instrumento representativo de dívida celebrado no mercado financeiro ou de capitais pela Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$50.000, ou seu valor equivalente em outras moedas;

(iv) inadimplemento, não sanado no respectivo prazo de cura, de quaisquer obrigações pecuniárias em quaisquer contratos financeiros ou instrumentos representativos de dívida celebrados no mercado financeiro ou de capitais pela Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$50.000, ou seu valor equivalente em outras moedas;

(v) caso haja, a qualquer tempo, atraso, suspensão, paralisação ou qualquer outra forma de interrupção, total ou parcial, das atividades objeto do Contrato de Concessão, desde que não remediada no prazo de até 90 dias contados da data da ocorrência de referido atraso, suspensão, paralisação ou interrupção, ou no prazo estipulado pelo Poder Concedente para tanto, o que for menor;

(vi) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique a alteração do seu controle acionário atual, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto no caso de mudança do controle direto da Emissora quando: (a) tal mudança ocorrer entre sociedades igualmente controladas, direta ou indiretamente, pelas respectivas Fiadoras; e (b) como resultado de tal mudança, as Fiadoras permaneçam com o percentual de participação, direta ou indireta, no capital social da Emissora em valor idêntico às suas respectivas participações direta ou indireta das Fiadoras na Data de Emissão;

(vii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária: (a) da EDP - Energias do Brasil que implique a alteração do seu atual controle acionário direto; e/ou (b) da CTG Brasil e/ou Eletrobras que implique a alteração do seu atual controle acionário, direto ou indireto, conforme aplicável, nos termos dos artigos 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(viii) descumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, final e irrecorrível, de natureza condenatória pela Emissora, em montante individual ou agregado, igual ou superior a R$10.000 ou em montante individual ou agregado, igual ou superior a R$75.000 pelas Fiadoras;

(ix) inadimplemento, não sanado no respectivo prazo de cura, de quaisquer obrigações pecuniárias em quaisquer contratos financeiros ou instrumentos representativos de dívida celebrados no mercado financeiro ou de capitais pelas Fiadoras, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$100.000, ou seu valor equivalente em outras moedas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2017 Encargos Circulante	31/12/2017 Principal Não circulante	31/12/2017 Total	31/12/2016 Encargos Circulante	31/12/2016 Principal Não circulante	31/12/2016 Total
Moeda nacional															
BNDES FINEM	1.314.000	11/08/16	1.236.350	11/08/2016 a 15/12/2038	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20%,apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio.	TJLP + 2,88%	Principal e Juros mensais a partir de 15/01/2019.	a. Penhor de Ações; b. Cessão Fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios; c. Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de Furnas; e d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e da Eletrobras (solidária à participação de Furnas) e Fiança Bancária da CTG Brasil, proporcionais às suas participações.	5.195	1.371.296	1.376.491	3.928	1.036.978	1.040.906
(-) BNDES FINEM - Custos de Transação				11/08/2016 a 15/12/2038							(24.696)	(24.696)		(22.470)	(22.470)
Total										**5.195**	**1.346.600**	**1.351.795**	**3.928**	**1.014.508**	**1.018.436**

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

14.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2017
Circulante									
Juros	3.928		(641)	99.230	(98.330)			1.008	5.195
Custo de transação	-					(1.974)	1.974		-
	3.928	**-**	**(641)**	**99.230**	**(98.330)**	**(1.974)**	**1.974**	**1.008**	**5.195**
Não circulante									
Principal	1.036.978	223.855			98.330			12.133	1.371.296
Custo de transação	(22.470)	(4.200)				1.974			(24.696)
	1.014.508	**219.655**	**-**	**-**	**98.330**	**1.974**	**-**	**12.133**	**1.346.600**

14.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2018	5.195
Total	**5.195**
Não circulante	
2019	64.168
2020	66.500
2021	66.609
2022 até 2026	334.698
2027 até 2032	405.296
2033 até 2037	340.825
Após 2037	68.504
	1.346.600
Total	**1.351.795**

15 Uso do bem público - UBP

O UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento do UBP foi efetuado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, pois a LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2016	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Circulante					
Uso do Bem Público	-	(105)	40	3.401	3.336
	-	**(105)**	**40**	**3.401**	**3.336**
Não circulante					
Uso do bem público	40.264	1.285	2.806	(3.401)	40.954
	40.264	**1.285**	**2.806**	**(3.401)**	**40.954**

16 Provisões

	Nota	Circulante 31/12/2017	Circulante 31/12/2016	Não circulante 31/12/2017	Não circulante 31/12/2016
Licenças ambientais	16.1	16.829	37.199	23.364	10.505
Total		**16.829**	**37.199**	**23.364**	**10.505**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Licenças ambientais

O montante Circulante e Não circulante de R$40.193 (R$47.704 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévia, de instalação e de operação da UHE São Manoel, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Instalação - LI nº 1.017/2014 foi emitida em 14 de agosto de 2014 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que autorizou a Companhia à executar as obras de construção da UHE São Manoel, formando um reservatório com área aproximada de 63,96 km². A LI permaneceu válida até 5 de setembro de 2017 quando o IBAMA emitiu a Licença de Operação - LO (Nota 3.8).

Estes custos provisionados estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. Do saldo provisionado, R$32.115 está representado pelos valores dos meios biótico e físico. Dentre as ações que incluem os valores do meio biótico destacam-se o monitoramento e resgate da fauna e flora (R$3.698) e o programa de desmatamento (R$1.630). Já no meio físico, destacam-se os programas de compensação ambiental (R$9.020) e recomposição florestal (R$4.076).

No exercício de 2017 a Companhia efetuou a provisão dos gastos com as condicionantes exigidas pela LO no montante de R$54.255, sendo R$26.304 em contrapartida ao Intangível (Nota 11.2.3) e R$27.951 em contrapartida ao Imobilizado (Nota 10.3.1).

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e serão depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representava a taxa de captação de recursos para o início da construção do empreendimento na data do reconhecimento, compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferência	AVP	Saldo em 31/12/2017
Licenças ambientais							
Circulante	37.199	29.898	(64.623)	173	12.672	1.510	16.829
Não circulante	10.505	24.357		518	(12.672)	656	23.364
Total	**47.704**	**54.255**	**(64.623)**	**691**	**-**	**2.166**	**40.193**

16.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia não possui demandas judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, não havendo, portanto, valores provisionados.

Quando aplicável, as obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.2.1 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	77	12
Cíveis	1.952	44
Fiscais	1.232	
Total	**3.261**	**56**

Adicionalmente a Companhia é parte em três ações civis públicas propostas pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, tais como: (i) ausência de estudos dos impactos sobre unidades de conservação; (ii) não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena; e (iii) descumprimento de condicionantes da licença prévia.

Em todas as ações o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade dos pedidos, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com a fase em que se encontram as obras. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a Companhia e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente as ações se encontram em fase de instrução.

16.2.2 Risco de perda remota

Existem processos de natureza fiscal e trabalhista em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 é de R$1.968 (R$1.966 em 31 de dezembro de 2016).

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R$2.273.974 (R$1.573.974 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 2.273.975.002 (1.573.975.002 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2017 é de R$2.273.975 (R$1.573.975 em 31 de dezembro de 2016), sendo o valor a integralizar, em ambos os exercícios, de R$1.

Durante o exercício foram realizados, os seguintes aumentos de Capital social:

		EDP - Energias do Brasil S.A.		China Three Gorges Brasil Energias Ltda.		Furnas Centrais Elétricas S.A.		Total	
	Ato societário	Quantidade de ações	Valor em R$ mil	Quantidade de ações	Valor em R$ mil	Quantidade de ações	Valor em R$ mil	Quantidade de ações	Valor em R$ mil
24 de fevereiro de 2017	AGE	35.000.700	35.000	34.999.650	35.000	34.999.650	35.000	105.000.000	105.000
12 de maio de 2017	AGE	66.680.000	66.680	66.660.000	66.660	66.660.000	66.660	200.000.000	200.000
12 de junho de 2017	AGE	31.673.000	31.672	31.663.500	31.664	31.663.500	31.664	95.000.000	95.000
26 de junho de 2017	RCA	20.000.400	20.000	19.999.800	20.000	19.999.800	20.000	60.000.000	60.000
24 de julho de 2017	RCA	15.000.300	15.000	14.999.850	15.000	14.999.850	15.000	45.000.000	45.000
27 de julho de 2017	RCA	23.333.800	23.334	23.333.100	23.333	23.333.100	23.333	70.000.000	70.000
25 de setembro de 2017	RCA	21.667.100	21.667	21.666.450	21.667	21.666.450	21.667	65.000.000	65.000
25 de outubro de 2017	RCA	20.000.400	20.000	19.999.800	20.000	19.999.800	20.000	60.000.000	60.000
Total		**233.355.700**	**233.353**	**233.322.150**	**233.324**	**233.322.150**	**233.324**	**700.000.000**	**700.000**

Foram emitidas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R$1,00 por ação, integralizadas na proporção que cada acionista detêm no capital social da Companhia.

Os aumentos de Capital social foram efetivados nas respectivas datas de repasse e a posição do mesmo, após as integralizações, é a seguinte:

Acionista	Percentual de participação	Ações ordinárias
EDP - Energias do Brasil S.A.	33,334%	758.006.828
China Three Gorges Brasil Energias Ltda.	33,333%	757.984.087
Furnas Centrais Elétricas S.A.	33,333%	757.984.087
Total	**100,000%**	**2.273.975.002**

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$2.410.342. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

18 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

	Nota	2017 MWh (*)	2017 R$
Energia de curto prazo		126.020	31.225
(-) Receitas capitalizadas	18.1	(114.091)	(28.368)
Receita operacional bruta		**11.929**	**2.857**
(-) Deduções à receita operacional			
PIS/Cofins			(2.888)
(-) Tributos capitalizados			2.624
P&D			(25)
Outros encargo			(682)
(-) Encargos capitalizados			592
		-	**(379)**
Receitas		**11.929**	**2.478**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

18.1 Receitas capitalizadas

As receitas capitalizadas são relativas à energia fornecida na rede básica durante o período de testes da UG1 que foram capitalizadas ao Imobilizado (Nota 10). De acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, os custos com testes para verificar se um ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo em plena operação, são custos diretamente atribuíveis ao ativo imobilizado.

19 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e outros serviços.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		Custo do serviço		Despesas operacionais		2017	2016
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Encargos de uso da rede elétrica		492				492	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	19.1		5.483	236		5.719	4.798
Material			221	37		258	329
Serviços de terceiros	19.2		3.534	202		3.736	4.358
Depreciação			6.928	4		6.932	
Amortização			122			122	
Aluguéis e arrendamentos			297	18		315	336
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					21	21	
Provisão para perda no valor recuperável dos ativos	10.1						460.236
Outras			584	34		618	636
Total		**492**	**17.169**	**531**	**21**	**18.213**	**470.693**

19.1 Pessoal e Administradores

	2017	2016
Pessoal		
Remuneração	2.250	902
Encargos	597	523
Despesas rescisórias	258	81
Participação no Lucros e Resultados - PLR	497	294
Outros benefícios - Corrente	534	309
	4.136	**2.109**
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.581	2.688
Benefícios dos administradores	2	1
	1.583	**2.689**
	5.719	**4.798**

19.2 Serviços de terceiros

	2017	2016
Serviços de consultoria	1.866	2.139
Serviços comerciais	2	
Serviços de manutenção	42	35
Serviços de limpeza e vigilância	120	90
Serviços de informática	139	229
Serviços condominiais	5	3
Serviços de publicação e publicidade	265	112
Serviços de telecomunicações	110	80
Serviços de transporte	361	714
Custo do serviço prestado a terceiros	65	
Outros	761	956
	3.736	**4.358**

20 Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e cauções	6.010	6.533
Juros e multa sobre tributos	561	545
(-) Juros capitalizados	(5.353)	(6.229)
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(643)	(351)
Outras receitas financeiras	110	474
	685	**972**
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(114.345)	(72.906)
Debêntures	(44.269)	(86.155)
(-) Juros capitalizados	158.162	159.369
Juros e multa sobre tributos	(10.961)	(1.334)
(-) Juros capitalizados	10.961	
Outras despesas financeiras	(193)	(309)
	(645)	**(1.335)**
	40	**(363)**

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2017	2016
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(15.695)	(471.056)
Alíquota	34%	34%
Resultado de IRPJ e CSLL	**5.336**	**160.159**
Alíquota efetiva	34%	34%

22 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(10.359)	(310.897)
Média ponderada do número de ações ordinárias (mil)	1.943.975	1.039.405
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,00533)	(0,29911)

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

23.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

23.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

	Nota	Níveis	Valor justo 31/12/2017	Valor justo 31/12/2016	Valor contábil 31/12/2017	Valor contábil 31/12/2016
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	112.605	16.358	112.606	16.358
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento			1.705	21.863	1.705	21.863
Concessionárias	5		31.225		31.225	
Outros créditos - Partes relacionadas	8			2		2
			145.535	**38.223**	**145.536**	**38.223**
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	12		16.911	14.492	16.911	14.492
Debêntures	13		344.792	311.291	336.492	292.223
Uso do bem público	15		38.886	31.458	44.290	40.264
Empréstimos e financiamentos	14					
Moeda nacional			1.351.795	1.018.436	1.351.795	1.018.436
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8		1	3.371	1	3.371
			1.752.385	**1.379.048**	**1.749.489**	**1.368.786**

23.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de aplicações financeiras, uso do bem público e das debêntures diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O valor justo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 8,4%, que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito; e

(iii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

23.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

23.2 Gestão de riscos

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

23.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados nas notas 13 e 14, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao CDI e TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

23.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	7.334			7.334	1.834	3.667	(1.834)	(3.667)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**7.334**	**-**	**-**	**7.334**	**1.834**	**3.667**	**(1.834)**	**(3.667)**
Debêntures	CDI	(49.200)			(49.200)	(8.747)	(17.486)	8.741	17.509
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**(49.200)**	**-**	**-**	**(49.200)**	**(8.747)**	**(17.486)**	**8.741**	**17.509**
		(41.866)	**-**	**-**	**(41.866)**	**(6.913)**	**(13.819)**	**6.907**	**13.842**
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(122.448)	(466.403)	(829.127)	(1.417.978)	(266.194)	(502.933)	266.194	502.933
Instrumentos financeiros passivos	**TJLP**	**(122.448)**	**(466.403)**	**(829.127)**	**(1.417.978)**	**(266.194)**	**(502.933)**	**266.194**	**502.933**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI estável em 7,00% a.a. e TJLP entre 5,00% e 6,75% a.a.

23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 13 e 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 25.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31/12/2017 Total	31/12/2016 Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	14.458	415	2.038			16.911	14.492
Debêntures			336.492			336.492	292.223
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			5.195	263.997	1.082.603	1.351.795	1.018.436
Uso do bem público	287	569	2.480	40.954		44.290	40.264
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1		1	3.371
	14.745	**984**	**346.205**	**304.952**	**1.082.603**	**1.749.489**	**1.368.786**

23.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas *(Covenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 13 e 14. Até 31 de dezembro de 2017 todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 25.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

23.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

Em 31 de dezembro de 2017, o capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R$202.736 (R$29.863 negativo em 31 de dezembro de 2016). O capital circulante negativo deve-se, principalmente, ao estágio final de construção da usina e ao saldo de debêntures no curto prazo a ser liquidado em dezembro de 2018 com uma nova emissão de longo prazo, conforme planejamento prévio.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e Concessionárias.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	2017	2016
Classificação da instituição financeira			
AAA		52.299	16.358
AA		60.307	
	4	**112.606**	**16.358**

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

23.2.4 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARCON-PA, AGER-MT etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

23.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2017	31/12/2016
Total dos empréstimos e debêntures	1.688.287	1.310.659
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(114.311)	(38.221)
Dívida líquida	**1.573.976**	**1.272.438**
Total do Patrimônio Líquido	1.945.032	1.255.391
Total do capital	**3.519.008**	**2.527.829**
Índice de alavancagem financeira - %	**44,73%**	**50,34%**

24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento:

				Efeito não caixa			
	Nota	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Valor justo	Adições	Saldo em 31/12/2017
Capital social	17.1	1.573.974	700.000				2.273.974
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	1.310.659	219.014	13.141		145.473	1.688.287
		2.884.633	**919.014**	**13.141**	**-**	**145.473**	**3.962.261**

24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2017	2016
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao imobilizado	157.973	159.369
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	57.112	16.287
Constituição do Uso do Bem Público no intangível	4.026	5.092
Total	**219.111**	**180.748**

25 Compromissos contratuais e Garantias

25.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da UHE São Manoel.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2017					31/12/2016
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	35.728	961	17		36.706	159
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	489.181	4.193			493.374	907.234
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	171.648	222.857	173.955	439.310	1.007.770	930.344
	696.557	**228.011**	**173.972**	**439.310**	**1.537.850**	**1.837.737**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2017					31/12/2016
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	28.208	786	14		29.008	129
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	386.214	3.395			389.609	737.347
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	159.614	246.307	220.084	829.105	1.455.110	1.378.740
	574.036	**250.488**	**220.098**	**829.105**	**1.873.727**	**2.116.216**

25.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Fiança Bancária	Empréstimos e financiamentos	459.064	346.839
	Outros	240	
Fiança corporativa	Empréstimos e financiamentos	918.154	693.782
	Debêntures	337.708	294.363
Penhor de Ações	Empréstimos e financiamentos	2.273.974	1.573.974
Seguro garantia	Executante construtor	100.175	80.253
		4.089.315	**2.989.211**

26 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	26.036	26.036		
Usinas	2.546.739	1.000.000		
Responsabilidade civil	105.000	105.000	70.000	70.000
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Seguro de vida	17.451	(*)	13.669	(*)
Risco de engenharia	3.318.756	3.318.756	2.147.773	2.147.773

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$556 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.389.

A Companhia possui cobertura de Responsabilidade Civil, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$20.000;

(ii) Responsabilidade civil engenharia, com cobertura de até R$50.000;

(iii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$15.000; e

(iv) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$20.000.

A cobertura do seguro de Riscos de Engenharia (Usinas) compreende todo o período da obra (de 01 de julho de 2014 até previsão de 28 de fevereiro de 2018) incluindo o período de testes e comissionamentos.

Dentre os itens segurados, destacam-se: obras civis, instalações e montagem das máquinas e equipamentos, erros de projeto e do fabricante de máquinas e equipamentos, manutenção ampla, desentulho, tumultos, honorários de peritos, despesas de salvamento e contenção de sinistros.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

27 Processo de investigação de atos ilícitos junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas investidas

Em 2016, no âmbito das investigações realizadas na Eletrobras e em suas investidas (que inclui Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas controladora em conjunto da Companhia), a Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells para uma investigação independente com o objetivo de apurar a existência de eventuais práticas que afrontem a lei norte-americana anticorrupção, conhecida como Foreign Corrupt Practices Act ou a correspondente Lei Brasileira nº 12.846/13 em empreendimentos no setor elétrico.

Em conexão com as referidas investigações a Eletrobras solicitou à Companhia, em 5 de novembro de 2015, que a mesma disponibilizasse acesso a seus dados e informações para fazer parte das investigações.

Apesar de não existirem indícios de envolvimento em atos ilícitos pela Companhia, com o objetivo de atuar em conformidade com os elevados níveis de governança, integridade e transparência implementados na Companhia nas relações com a Eletrobras e Furnas, a Companhia autorizou esse acesso ao escritório independente Hogan Lovells em 26 de abril de 2016, assegurando os deveres fiduciários e de diligência da administração da Companhia.

No dia 8 de outubro de 2016 foi entregue, pelo escritório independente Hogan Lovells, o relatório da investigação relativo à Companhia com a conclusão de que os contratos de EPC da Companhia não foram afetados pelos atos ilícitos identificados em outros contratos da Eletrobras e suas investidas.

Em março de 2017, a Companhia recebeu notificação da Eletrobras para que fosse iniciada uma segunda fase no processo de investigação, referente ao exercício de 2016. Em maio de 2017 a Companhia autorizou a continuação dos trabalhos e, em 5 de outubro de 2017, foi entregue a minuta do relatório da segunda fase, relativo ao processo de investigação, concluindo, mais uma vez, não haver indícios de atos ilícitos ou de "má fé" em relação às ações de correção tomadas para recuperar o cronograma da obra e término do contrato de EPC anterior.

28 Eventos Subsequentes

28.1 Entrada em operação comercial da segunda unidade geradora da UHE São Manoel

No dia 19 de janeiro de 2018 a Companhia recebeu da ANEEL, por meio do Despacho nº 120/18, a DCO para iniciar antecipadamente a operação comercial da segunda unidade geradora (UG2) da UHE São Manoel, com capacidade instalada de 175MW, antecipando em 3,5 meses a entrada em operação comercial em relação ao contrato CCEAR, com início estabelecido para 1º de maio de 2018. Com a DCO, a energia da antecipação da operação comercial será liquidada no mercado de curto prazo ou poderá ser comercializada em contratos bilaterais.

28.2 Aumento de Capital social

Em 22 de janeiro de 2018 ocorreu o aumento do capital social dos atuais R$2.273.975 para R$2.303.975, tendo o aumento de R$30.000 ocorrido mediante a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R$1,00 por ação.

As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pelas acionistas da Companhia, na proporção que detêm no capital social, conforme demonstrado abaixo:

	EDP - Energias do Brasil S.A.		China Three Gorges Brasil Energias Ltda.		Furnas Centrais Elétricas S.A.		Total	
Data	Quantidade de ações emitidas	Valor do Aporte	Quantidade de ações emitidas	Valor do Aporte	Quantidade de ações emitidas	Valor do Aporte	Quantidade de ações emitidas	Valor do Aporte
22/01/2018	10.000.200	10.000	9.999.900	10.000	9.999.900	10.000	30.000.000	30.000
	10.000.200	**10.000**	**9.999.900**	**10.000**	**9.999.900**	**10.000**	**30.000.000**	**30.000**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Yujun Liu
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Antonio Eduardo Portela Ferreira da Costa
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues Carvalho
Conselheiro

Claudio Danusio de Almeida Semprine
Conselheiro

Claudio Guilherme Branco da Motta
Conselheiro

Caio Pompeu de Souza Brasil
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Aljan de Abreu Machado
Diretor

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos

Leornardo Nery dos Santos
Gestor Contabilidade UNG e FT
Contador - CRC 1SP261342/O-2 "S"RJ

CONSELHO FISCAL

Felipe Há Jong Kim
Conselheiro

Fernando B. R. Oliveira
Conselheiro

Rodrigo Egreja
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Parecer dos Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, e por considerarem que retratam a situação econômico-financeira da Companhia, por unanimidade, emitiram parecer favorável às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2017, na forma ora apresentada.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018.

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

FERNANDO BARRETO REZENDE DE OLIVEIRA
Conselheiro Efetivo

RODRIGO TEIXEIRA EGREJA
Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Empresa de Energia São Manoel S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. («Companhia»), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia São Manoel S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, no julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos em sua auditoria do exercício corrente. O assunto a seguir foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação da perda por redução ao valor recuperável (impairment) (Nota 10.1)	
Em 31 de dezembro de 2017, os ativos classificados no grupo do imobilizado somavam o montante de R$ 3.206 milhões, líquidos de R$460 milhões de perdas por redução ao valor recuperável contabilizadas no exercício anterior, calculado em decorrência do aumento do custo de construção previsto devido à substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel. Em 2017, a Companhia executou novamente teste de recuperabilidade dos ativos da Companhia, não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016. Consideramos essa área como o principal assunto de nossa auditoria pela relevância dos valores do imobilizado e pelo fato da determinação da necessidade de reversão ou complemento da perda por redução ao valor recuperável envolver julgamentos significativos. Esses julgamentos incluíram projeções em relação a resultados futuros, utilização de premissas, tais como o direito de indenização de seguro contratado, além da determinação de taxa de desconto.	Entre outros, executamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir, com o apoio de nossos especialistas em *corporate finance.* Indagamos a respeito do desempenho do novo consórcio construtor, das principais premissas utilizadas, solicitando análises, opinião de assessores legais e estudos que deram base para as estimativas mais críticas; e da taxa de desconto utilizada, confrontando-os com as taxas usadas por empresas comparáveis. Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e os dados e informações por nós observados são consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6